

→ População depende de cesta básica e troca suas aldeias pela cidade Índios preferem o 'redescobrimiento'

EVANDRO EBOLI
TALITA LORENA
REPORTERES

O presidente Fernando Henrique Cardoso festeja ser o recordista em demarcação de terras dos índios, mas outros indicativos apontam que a política indigenista, às vésperas dos 500 anos, é ineficiente. As comunidades dependem de cesta básica para sobreviver, estão trocando as aldeias por cidades atrás de melhores condições e de empregos, a demarcação de terras depende de verba estrangeira e o Estatuto do Índio tramita no Congresso Nacional há mais de 10 anos. É a política clientelista e assistencialista do Estado.

A precariedade do atendimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas aldeias está resultando num movimento cada vez maior de índios na capital federal. Eles lotam algumas pensões de Brasília, que cobram caro pelo serviço e, em algumas delas, o atendimento é subhumano. O presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, reconhece essa "falha na administração", que não resolve os problemas na região de origem. O órgão decidiu suspender os pagamentos às pensões e faz auditoria nas contas. Cerca de 150 índios circulam mensalmente por Brasília.

Metade da população indígena brasileira, cerca de 174 mil índios, depende, para sobreviver, do repasse mensal de 40 mil cestas básicas do governo. A maior parte desses índios, 80%, vive em áreas já demarcadas. Essa distribuição começou no governo FFI, que não conseguiu assegurar a subsistência desses povos, que detêm 13% do território nacional. A distribuição é do Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos (Prodea), do Comunidade Solidária.

Há 10 anos tramitando no Congresso Nacional, o Estatuto do Índio, que permitiria, por exemplo, a exploração mineral em terra

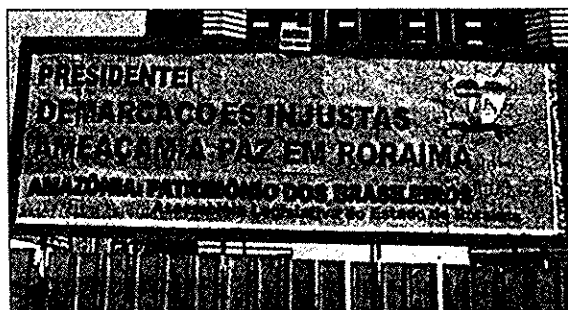


Mai instalados em pensões sujas da capital, os índios não querem voltar

indígena revertendo a favor dessas comunidades, está parado, sem o mínimo esforço da base governista para aprová-lo. De tão velho e passado, o estatuto até caducou. Setores do governo discutem na Casa Civil o envio de novo projeto, mais atual.

Com mais sorte que a maior parte dos outros indígenas, cerca de 1.000 índios "escaparam" dessa situação e integram o quadro de funcionários da Funai. São os chamados "inteirados", que convivem há tempos com os não-índios. Outros, muitas vezes na base da pressão, conseguem algumas vantagens, caso dos xavantes, considerados entre a própria comunidade indígena os que mais benesses recebem do Estado. Quando não atendidos nas suas exigências, se pintam para a guerra, invadem a Funai e, borduna às mãos, expulsam a direção do órgão.

Nas duas últimas gestões da Funai - de Sullivan Silvestre e Márcio Lacerda - houve um "boom" de clientelismo. Para se segurarem no cargo, atenderam aos pedidos dos índios, os fixando em Brasília.



Políticos fazem campanha contra a demarcação

'Eles descobriram o Poder'

Um dos índios mais "inteirados" (em convívio com não-índios) entre sua população, Marcos Tereza acredita que a saída do atual quadro é o fortalecimento econômico das aldeias, o que os manteria em suas regiões de origem. Ele se refere, basicamente, da exploração mineral em terras indígenas, projeto que está parado no Congresso.

Funcionário da Funai, onde é lotado como piloto de avião, Tereza afirma que Brasília é uma novidade para os índios e que a

tendência é crescer a movimentação dessas sociedades na capital federal. "Eles descobriram que há um centro do poder que pode resolver suas demandas", disse. "O que acontece é que acabam adotando vícios da cidade, como álcool e droga".

Tereza é um dos que, nas suas palavras, conseguiram "pular o muro", ou seja, sobreviver entre os não-índios e com estabilidade financeira. Ex-petista, ele deve sair candidato a vereador em Campo Grande (MT), pelo PMDB (E.E./T.L.)

Demarcação depende do G-7

De um contingente estimado em 3,5 milhões na época do descobrimento, a população indígena está reduzida hoje a 325 mil pessoas, segundo Censo da Funai, de 1997. Se dividem em 210 povos indígenas, falando 170 línguas distintas.

Há um paradoxo nesses números. Apesar dessa redução, a população indígena cresceu mais que a não-índia nos últimos dez anos. Enquanto entre a população branca a taxa média de crescimento foi de 1,8% ao ano, a dos índios atingiu 3,1%. Em 85, havia 220 mil índios.

O governo Fernando Henrique Cardoso já demarcou 31 milhões de hectares de terras para os índios, em 110 áreas, número nunca alcançado por outro presidente. A demarcação de terra hoje no País depende de ajuda internacional, por meio de recursos financeiros liberados pelo G-7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, para o projeto Terras Indígenas, que integra o Programa Piloto para Conservação de Florestas Tropicais.

CESTA BÁSICA

O número de famílias indígenas dependentes de cesta básica aumentou 4,6 vezes desde o início da distribuição. Em 96, apenas 37,3 mil índios (8 mil famílias) viviam da cesta básica. Este ano, os carentes já somam 173,6 mil (40 mil famílias). Esses índios vivem em 556 aldeias, localizadas em 17 Estados.

Amazonas e Roraima, estados com maior população indígena, não recebem alimentos. O custo para distribuir cestas para os 89,5 mil índios do Amazonas é alto e suas áreas, ainda preservadas, possibilitam as práticas de caça e pesca (E.E. T.L.)

→ Pensão de índios Estado paga caro e serviço é péssimo

Os motivos são variados. Os índios se deslocam de suas aldeias para a capital federal na esperança que a Funai resolva todos os seus problemas. Vêm para pedir terras, divulgar a arte indígena, problemas de saúde e até como alternativa de sobrevivência. A intenção inicial é de ficar uma semana, mas vão estendendo o tempo, trazendo as famílias e se amontoando em pensões lotadas, a uma diária de R\$ 15, antes paga pela Funai. Hoje a fundação cortou a verba das diárias e está fazendo uma auditoria. A instituição suspendeu os pagamentos para as oito pensões que os hospedam e acu-

mula uma dívida de R\$ 1,2 milhão.

Os índios vivem sem comida e sem condições adequadas de higiene, mas só vão embora depois de terem seus pedidos, muitas vezes impossíveis, atendidos.

Em uma pensão com cheiro de fezes e urina, suja por falta de empregados e sem luz em alguns pontos, vivem 50 índios, entre eles, Carlos Cristóvão Batista, sua mulher e mais três filhos. Se apertam em um quarto com um beliche e uma cama, nem sempre têm o que comer, mas se recusam a voltar. Carlitos, como é conhecido, pertence à tribo dos kiriri, na Bahia. Fugiu de sua aldeia porque o cacique esta-

va matando e expulsando os índios para ficar com todas as terras e alugá-las aos não-índios. Trouxe também a família de sua irmã, totalizando um grupo de 15 pessoas. "Prefiro morar debaixo da ponte, mas não volto para a aldeia, pois minha vida é mais valiosa", justifica Carlitos. Ele só sai da cidade depois que a Funai lhe der um pedaço de terra, mesmo que não tenha nem a garantia de comida para seus filhos.

A dona da pensão, Arcanja Cordeiro Vasco, 47 anos, afirma que estão falidos e que a situação está deprimente. "Recebemos em agosto uma verba de R\$ 23 mil, referente a fevereiro", informa.



Premiado, pataxó critica a festa dos 500 anos

Ela diz ter R\$ 150 mil para receber da Funai. "O que comemos aqui é lavagem de porco", revolta-se Tsuime Abhodi, artista plástico xavante, que veio conhecer Brasília e divulgar sua arte. Já está na Capital há um mês. "Mas a dona da pensão não pode fazer muita coisa sem dinheiro", justifica.

Em outras pensões a situação

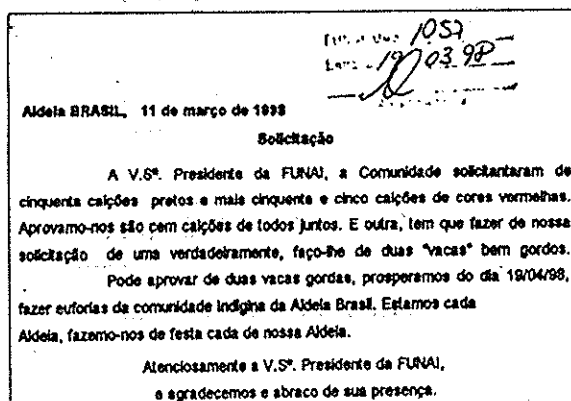
é melhor. O ambiente mais limpo e confortável. Getúlio Valente tem três casas e como não trabalha apenas com a Funai, pode oferecer melhores condições aos índios. "A fatura mensal varia entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil", informa. "Apesar dos atrasos nos pagamentos, não deixo de receber os índios." (E.E./T.L.)

Entidade quer casa de trânsito

Para a diretora de Assistência da Funai, Suzara Grilo Guimarães, 80% dos problemas que os índios vêm resolver em Brasília podem ser solucionados pelas administrações regionais (ADRs) nos Estados, próximas às aldeias. Há indígena que há dois anos está na capital. Para tentar conter o fluxo de índios em Brasília, a Funai pretende criar uma casa de trânsito para eles, em que sejam atendido, no máximo, 50 indígenas por mês. O local ainda não está definido.

A assistência eficiente aos índios, na avaliação da diretora, passa pelo envolvimento de outras agentes, como governos estaduais, prefeituras e organizações não-governamentais. Ela cita a falta de recursos como um empecilho e a perda de verba da instituição, que deixou de cuidar da saúde indígena.

Desde o ano passado, a saúde dos índios está a cargo da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), que tem cerca de R\$ 60 milhões previstos no Orçamento da União para essa rubrica, valor superior a toda verba prevista para a Funai, de R\$ 47 milhões. (T.L. e E.E.)



Pedidos vão de calções coloridos a vacas gordas



Funai quer reduzir trânsito de índios no Distrito Federal

ENTREVISTA → CARLOS MARÉS

Falha é do Governo



O sr. considera possível o índio sobreviver sem essa política assistencial?

Esse assistencialismo é recorrente. Sempre foi assim. Os índios sempre viveram na mais absoluta penúria. A Constituição de 88 deu outro parâmetro. Antes, o propósito era integrar os índios e, agora, é reconhecer as diversidades entre as etnias. Ainda que com atraso de 5 anos, estamos, por exemplo, demarcando todas as terras indígenas. É complexo.

Sobre a presença deles nas pensões e essa movimentação em Brasília?

É um equívoco que precisa ser revertido. É uma falha da administração eles serem atendidos aqui. Há administrações regionais para resolver isso nos Estados. Brasília é um chamativo, em que acham que terão seus problemas resolvidos facilmente. Há um interesse econômico também dessas pensões, que estamos revendo agora, com auditoria e triagem. É necessário

um processo de reeducação.

O sr. continua discordando da Festa dos 500 anos?

Não é discordar. Não cabe à Funai promover festas. Temos uma ligação com os índios, que têm posições críticas em relação a essa comemoração e acompanhamos essa posição.

O Estatuto dos Índios resolve parte desses problemas?

Há aspectos importantes no estatuto, mas não é tudo. As leis não resolvem. É preciso adotar políticas públicas corretas. (E.E. e T.L.)